

Wellington Vitorino

Só dois negros que lideram empresas faturam mais de R\$ 1 bi, diz empreendedor

Wellington Vitorino passou em quarto lugar na escala técnica, iniciou seu negócio em 16 de maio de 2016 e vai se casar em 20 de abril deste ano. Paralelo, o número quatro teve múltiplos o perseguido e significam base, estrutura, negro e nascido pobre em São Gonçalo (RJ), começou a trabalhar aos oito anos e, com a ajuda

de mecenas, estudou no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, o MIT, nos EUA. Lá se aprimorou para empreender com seu Instituto Four (quatro, em inglês).

Como quebrou o ciclo da pobreza e foi parar no MIT? Sou filho do Prof. In. Tive 100% de bolsa no curso de Adminis-

tração do Imbec, que custava quatro salários por mês. Me formei e meus pais também passaram a ter acesso a uma renda melhor. Antes, minha mãe recebia menos de dois salários e meu pai, um pouco mais. Difícilmente meus filhos não terão acesso a uma educação melhor que a minha.

Por que decidiu ajudar outros jovens? Eu poderia ter viajado para muitos lugares com os amigos herdeiros que fiz no MIT. Foi vendedor de picolé, dormi em sala de professor de escola pública para aproveitar a bolsa na escola [privada] por anos. Tive apoio e meu compromisso aqui é retribuir.



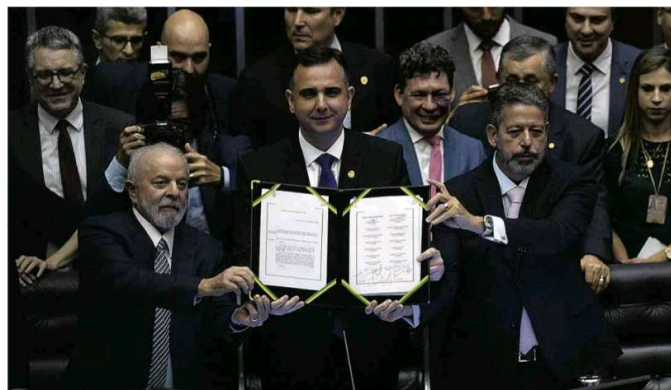
Raio-X

Formação: Administração de Empresas pelo Imbec/RJ, MBA pelo MIT (EUA). **Carreira:** Fundou o Instituto Four, que atua em oito frentes. Uma delas é o ProLider, que forma líderes empresariais. É idealizador do Four Summit, evento com CEOs e políticos que pretende ser a Davos brasileira.

Como financiou isso? O instituto começou com doações e, desde 2018, passou a vender formação de líderes para empresas. O primeiro grande cliente foi o McDonald's. Hoje, a gente tem quase R\$ 10 milhões de orçamento e boa parte desse dinheiro é investida na formação dessa turma que, por si, não tinha como estudar fora, por exemplo. Já formamos mais de 400 e cerca de 600 em negócios que faturam mais de R\$ 30 milhões. Mas não é o dinheiro pelo dinheiro. No Maranhão tem um projeto ligado à cadeia do açaí muito atento à questão do trabalho infantil. O primeiro absenteísmo biodegradável do Brasil saiu daqui.

Você vive nos EUA. A mobilidade social para negros lá é maior? Quando eu fui estudar lá, eram 600 brasileiros em MBAs. Só tinha um negro, eu. O racismo estrutural está entranhado nas estruturas [sociais] brasileiras. Existem mil empresas no Brasil que faturam mais de R\$ 1 bilhão por ano. Só duas são de negros, a do Thiaguinho [cantor] e a do Ronaldo [Fenômeno]. Nos EUA é mais fácil.

Tem saída? Programas de cotas são uma forma, mas a inclusão produtiva é melhor. O Bolsa Família é um bom exemplo. O que dá maior mobilidade às pessoas é a renda e não o fim do preconceito.



Sessão solene no Congresso destinada à promulgação da reforma tributária, no final do ano passado. Lucio Teves - 26/Dec/23/Keila

Tributária garante vitórias a igrejas, armamentistas e agro

Armas serão ainda desoneradas, e ruralistas tentarão mais benefícios

Eduardo Cuello

SÃO PAULO As igrejas, a indústria de armamentos e o agronegócio obtiveram diversas vitórias na reforma tributária, promulgada pelo Congresso Nacional no final de 2023.

A expectativa é de redução na carga tributária sobre esses grupos com as mudanças no sistema de tributação que entram em vigor, na sua maior parte, a partir de 2026. Algumas dessas alterações já terão efeitos neste ano. Entre elas, a ampliação da imunidade tributária das igrejas contra a cobrança de impostos federais, estaduais e municipais, incluindo o IPTU (imposto municipal sobre imóveis).

A redação anterior da Constituição falava em imunidade para templos de qualquer culto, ou seja, só alcançava a entidade principal. A Carta foi alterada para incluir também "suas organizações assistenciais e beneficentes", o que estende o benefício para além dos muros da igreja.

A mudança foi um pedido da bancada evangélica, grupo que reúne cerca de 132 deputados, que prometeu apoio à reforma em troca da mudança — promessa parcialmente cumprida.

As igrejas sempre consideraram ter direito a essa imunidade ampliada, mas esse não

era o entendimento da Justiça, da Receita Federal e de muitos municípios. Daí a ideia de alterar a Constituição.

A bancada da Bíblia também conseguiu isenção na transmissão de bens feita por entidades religiosas. Esse ponto depende de regulamentação, e há a possibilidade de remota de se impor exigências ao benefício, que envolva o ICMS, tributo estadual, al sobre heranças e doações.

Durante a reforma, houve tentativa de isentar a compra e venda de bens, serviços e patrimônio, como a aquisição de carro por religiosos, mas esse ponto não prosperou.

“Não justifica reduzir o imposto sobre armas e aumentar para serviços, para alimentação etc. A compra de armas tem [atualmente] uma carga superior, portanto é uma recomposição de alíquota”

Reginaldo Lopes (PT-MG) deputado federal, no dia da votação da reforma

Ainda assim tramita na Câmara outra emenda à Constituição, que amplia a imunidade para impostos sobre serviços e patrimônio.

Outro grupo, a chamada bancada da bala, conseguiu retirar da reforma o trecho que definia uma tributação adicional sobre armas e munições com o chamado imposto seletivo, mesmo sem o apoio do governo.

Pela proposta original, apenas o armamento destinado ao poder público ficaria sem esse tributo.

A mudança foi proposta pelo PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, e passou nos últimos minutos da votação na Câmara, na noite da sexta, 15 de dezembro, quando parte dos parlamentares governistas já estava desmobilizada.

A maioria dos deputados votou pela taxa, mas o quórum não chegou ao mínimo necessário de 308 parlamentares por uma margem de apenas 15 votos.

O imposto seletivo é um substituto do IPTU, tributo sobre produtos industrializados fixado em 55% para armas e 25% para munições, segundo decreto federal publicado em 2023.

Pelo texto aprovado, o seletivo ficará agora restrito basicamente a "bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente".

Seria necessário enquadrar armamentos nessa categoria durante a regulamentação da reforma para garantir a taxa adicional.

O seletivo também iria compensar a redução de outro tributo para armamentos. O ICMS estadual, que é de 2% no Rio e 3,5% em São Paulo, por exemplo, durará a partir de 2028 ao IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), com alíquota geral estimada em cerca de 18%.

Sobre as armas incide ainda o PIS e o Cofins, tributos que serão substituídos em 2027 pela CBS (contribuição federal sobre bens e serviços), que deve ficar próxima do patamar atual, de 9,25% no regime não cumulativo.

A tributação adicional de armas poderia reduzir a alíquota geral dos novos tributos para outros bens e serviços, disse o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) ao defender a medida na votação.

“Não justifica reduzir o imposto sobre armas e aumentar para serviços, para alimentação etc. A compra de armas tem [atualmente] uma carga superior, portanto é uma recomposição de alíquota”, afirmou.

A oposição defendeu a mudança sob o argumento de que a manutenção da carga iria privar pessoas “qualificadas” e “homens de bem” de ter acesso a armas para

defesa pessoal e que o imposto maior seria uma questão “ideológica”.

A maior bancada temática do Congresso, a do agronegócio, também conseguiu emplacar uma série de benefícios na Constituição.

Alguns já estão garantidos, como a isenção de CBS e IBS para o produtor rural, pessoa física ou jurídica, que obtiver receita anual inferior a R\$ 5 milhões, atualizada anualmente pela inflação. É uma situação melhor que a das empresas do Simples Nacional, que têm tributação reduzida (mas não isenção) e com teto sem atualização garantida.

Outros benefícios ao agro dependem da regulamentação da reforma que será feita neste ano. Por exemplo, a definição de “produtos destinados à alimentação humana que compõem a Cesta Básica Nacional de Alimentos” e terão alíquota zero.

Também neste ano o Congresso vai decidir quais produtos terão redução de 6% nas alíquotas de CBS e IBS (valor total próximo de 12%). Serão selecionados, por exemplo, alguns alimentos destinados ao consumo humano, uma lista de produtos in natura e de insumos agropecuários e agrícolas.

Pelo texto constitucional, os produtos beneficiados com redução de alíquota ou isenção também ficam livres do imposto seletivo. Mesmo que façam mal à saúde ou ao ambiente, como alimentos ultraprocessados ou agrotóxicos.

As listas serão propostas pelo governo federal, mas valerão aquilo que for aprovado pelo Congresso, onde as bancadas da Bíblia, da bala e do boi podem novamente ter protagonismo.

Os ganhos dos setores na reforma

IGREJAS

- Ampliação da imunidade tributária das igrejas contra a cobrança de impostos federais, estaduais e municipais
- Redação anterior da Constituição falava em imunidade para templos de qualquer culto, ou seja, só alcançava a entidade principal
- Carta foi alterada para incluir também “suas organizações assistenciais e beneficentes”

130

é a quantidade de deputados que compõem a bancada da Bíblia

ARMAMENTISTAS

- Bancada da bala conseguiu retirar da reforma o trecho que definia uma tributação adicional sobre armas e munições com o chamado imposto seletivo
- Apesar do armamento destinar-se ao poder público ficaria sem esse tributo, de acordo com o texto original

15

votos faltaram para manter a taxa

AGRO

- Isenção de CBS e IBS para o produtor rural, pessoa física ou jurídica, que obtiver receita anual inferior a R\$ 5 milhões, atualizada anualmente pela inflação
- Outros benefícios ao agro dependem da regulamentação da reforma que será feita neste ano, como a definição de “produtos destinados à alimentação humana que compõem a Cesta Básica Nacional de Alimentos” e terão alíquota zero